



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Lei nº 465/2021

Em, 09 de Novembro de 2021.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
MUNICÍPIO DE PASSAGEM, PARA O  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO(a) DO MUNICÍPIO DE PASSAGEM, Estado da Paraíba

Faço saber que O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita do Município de Passagem para o exercício financeiro de 2022 no montante de R\$ 21.958.686,00 (Vinte e Um Milhões, Novecentos e Cinquenta e Oito Mil, Seiscentos e Oitenta e Seis Reais), e fixa a Despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição e será discriminado pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Contribuições, Transferências, Operações de Crédito e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações do Anexo I, de acordo com a seguinte discriminação:

I - Receitas do Tesouro

RECEITA BRUTA	24.677.004,00
Receitas Correntes	20.954.272,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	536.570,00
Contribuições	30.000,00
Receita Patrimonial	18.200,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	500,00
Receita de Serviços	3.000,00
Transferências Correntes	20.066.002,00
Outras Receitas Correntes	300.000,00

Receitas de Capital	3.722.732,00
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	20.000,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	3.429.500,00
Outras Receitas de Capital	273.232,00
Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Intra OFSS	0,00
Contribuições - Intra OFSS	0,00
Receita Patrimonial - Intra OFSS	0,00
Receita Agropecuária - Intra OFSS	0,00
Receita Industrial - Intra OFSS	0,00
Receita de Serviços - Intra OFSS	0,00
Transferências Correntes - Intra OFSS	0,00
Outras Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00
Receitas de Capital - Intra OFSS	0,00
Operações de Crédito - Intra OFSS	0,00
Alienação de Bens - Intra OFSS	0,00
Amortização de Empréstimos - Intra OFSS	0,00
Transferências de Capital - Intra OFSS	0,00
Outras Receitas de Capital - Intra OFSS	0,00
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>(2.718.318,00)</b>
Dedução do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	(2.336.000,00)
Dedução do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	(200,00)
Dedução do ICMS - Principal	(368.000,00)
Dedução do IPVA - Principal	(13.894,00)
Dedução do IPI - Municípios - Principal	(224,00)
<b>TOTAL</b>	<b>21.958.686,00</b>

## II - Receitas de Outras Fontes de Entidades da Administração Indireta

RECEITA BRUTA	0,00
Receitas Correntes	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00
Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	0,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	0,00
Transferências Correntes	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00
Receitas de Capital	0,00
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00
Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Intra OFSS	0,00
Contribuições - Intra OFSS	0,00
Receita Patrimonial - Intra OFSS	0,00



RECEITA BRUTA	0,00
Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00
Receita Agropecuária - Intra OFSS	0,00
Receita Industrial - Intra OFSS	0,00
Receita de Serviços - Intra OFSS	0,00
Transferências Correntes - Intra OFSS	0,00
Outras Receitas Correntes - Intra OFSS	0,00
Receitas de Capital - Intra OFSS	0,00
Operações de Crédito - Intra OFSS	0,00
Alienação de Bens - Intra OFSS	0,00
Amortização de Empréstimos - Intra OFSS	0,00
Transferências de Capital - Intra OFSS	0,00
Outras Receitas de Capital - Intra OFSS	0,00
DEDUÇÕES	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral da Receita</b> →	<b>21.958.686,00</b>

Art. 3º - A Despesa será realizada de modo a atender aos encargos do Município, com a manutenção dos Serviços Públicos, Transferências e Despesas de Capital, nas especificações dos Programas, Projetos e Atividades, dimensionada nos anexos e de acordo com o seguinte desdobramento:

**Despesa por Unidade Orçamentária**

**I - Despesas do Tesouro**

Código	Descrição	Valor	%
01010	CÂMARA MUNICIPAL	911.620,00	4,15%
02010	GABINETE DO PREFEITO	442.570,00	2,02%
02020	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	978.324,00	4,46%
02030	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	962.955,00	4,39%
02040	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	5.616.266,00	25,58%
02051	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.052.440,00	27,56%
02061	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.070.146,00	4,87%
02062	FUNDO MUNIC. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO	196.940,00	0,90%
02063	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DOS IDOSOS	55.889,00	0,25%
02070	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	2.311.680,00	10,53%
02080	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO	1.590.937,00	7,25%
02090	SECRETARIA MUNICIPAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	94.520,00	0,43%
02100	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	343.870,00	1,57%
02120	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	184.340,00	0,84%
02130	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	506.418,00	2,31%
02140	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	281.265,00	1,28%
02150	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	358.506,00	1,63%

*[Handwritten signature]*

<b>Total</b> ----->	<b>21.958.686,00</b>	<b>100,00%</b>
---------------------	----------------------	----------------

**Despesa por Categoria Econômica**

**I - Despesas do Tesouro**

DESPESAS CORRENTES	9.051.693,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.095.940,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.950.753,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.019.100,00
INVESTIMENTOS	3.632.100,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	387.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	358.506,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	358.506,00
<b>Total</b> ----->	<b>21.958.686,00</b>

<b>Total Geral da Despesa</b> ----->	<b>21.958.686,00</b>
--------------------------------------	----------------------

Art. 4º - O Poder Executivo mediante Decreto, promoverá a disciplina de execução e distribuição das dotações consignadas a cada Órgão no interesse da Administração, poderá designar Órgãos Centrais para movimentar dotações atribuídas as Unidades Orçamentárias nos termos do Art. 66º, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - A execução da despesa é consignada a existência de recursos financeiros suficientes, cabendo ao Poder Executivo tomar as medidas necessárias, para ajustar o fluxo dos dispêndios aos dos ingressos.

Parágrafo Único - Até 30 dias após a publicação dos Orçamentos, nos termos em que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4º da Lei nº 101/2000, o Poder Executivo estabelecerá o Cronograma Mensal de Desembolso (CMD) e as Metas Bimestrais de Arrecadação (MBA).

Art. 6º - Para a execução do Orçamento de que trata a Lei, fica o Poder Executivo autorizado a:

I. Fica o Poder Executivo, respeitando as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 50% (Cinquenta Porcento), dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) Reforçar dotações, utilizando como fonte de recursos compensatórios, a reserva de contingência; observando o disposto no Art. 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

b) Atender insuficiência nas dotações orçamentárias, utilizando como fonte de recursos, as disponibilidades caracterizadas no parágrafo I, do Art. 43º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º - O limite fixado no Inciso I, deste Artigo, poderá ser aumentado por proposta do Executivo, mediante aprovação do Legislativo.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor no ano de 2022, a partir de 1.º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

*Josivaldo Alexandre da Silva*  
**JOSIVALDO ALEXANDRE DA SILVA**  
Prefeito